



Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 07 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Lázaro Dumont.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o nº 02/81-CM, do Sr. SPENCER CESÁRIO DE OLIVEIRA FILHO, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Embu-SP, encaminhando cópia do Requerimento 52/81, de autoria do nobre Vereador, Sr. SADA NAGATA, manifestando solidariedade à Prefeitura Municipal de HIROSHIMA, no JAPÃO, pela "DECLARAÇÃO DA PAZ" no dia 06 de agosto do corrente ano, quando do 36º aniversário da explosão da Bomba Nuclear. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela comemoração do 15º aniversário de criação do Município de Céu Azul, que ocorrerá no dia 08 do corrente, e augurando a continuidade progressista e bem estar do povo ordeiro e trabalhador.

Requer ainda, seja externada a nossa maior satisfação

pelo desenvolvimento daquela comuna e encaminhando cópias ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Vereadores e autoridades locais.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1981.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com grande satisfação registramos hoje um comunicado que estamos recebendo da COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA — COHAB/CT, segundo o qual esta Companhia, com interveniência do Banco Nacional da Habitação acaba de adquirir do Instituto de Assistência e Previdência Social — IAPAS, uma área com aproximadamente 53 mil m2, no Município de Paranaguá, para a implantação de um conjunto habitacional.

A referida área localiza-se na Vila dos Comerciantes, às margens da Avenida Matinhos, a menos de seis quilômetros do centro da Cidade. Possui infra-estrutura básica e comportará cerca de 154 unidades habitacionais, cujo projeto já está sendo elaborado pela COHAB e deverá levar o nome de MORADIAS BERTIOGA.

A aquisição dessa área segue orientação do Governo Federal, no sentido de transformar áreas públicas urbanas sem utilização, em empreendimentos habitacionais populares.

Paranaguá, hoje, uma cidade com cerca de 100 mil habitantes, com um dos mais movimentados portos do País, enfrenta sérios problemas habitacionais, particularmente nas camadas mais carentes da população, as de rendimento até cinco salários-mínimos mensais. Devemos considerar ainda as naturais dificuldades em se conseguir áreas apropriadas para tais empreendimentos nas proximidades da malha urbana.

Não obstante todos esses obstáculos, a COHAB tem envidado todos os esforços no sentido de dotar nossas principais cidades de conjuntos habitacionais para favorecer as classes assalariadas.

Assim é que, além do citado conjunto BERTIOGA, a COHAB deverá construir em breve, na cidade de Paranaguá, mais um conjunto, o MORADIAS SAVEIRO, com 130 unidades (120 apartamentos e 10 sobrados) que serão financiados pela Caixa Econômica Federal.

Somando-se estes dois empreendimentos aos três já entregues (Samambaia, Padre Jackson e N. Sra. do Rocio), Paranaguá terá 793 habitações populares implantadas pela COHAB de Curitiba.

Face ao exposto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, através desta tribuna, desejamos nos parabenizar e, em nome da minha cidade, agradecer à COHAB, na pessoa de seu ilustre Diretor-Presidente, Dr. RAFAEL DELY, e sua equipe, pela valiosa colaboração que vêm dedicando em benefício das classes mais carentes.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1981.

(a) NELSON BUFFARA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 116/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor EGAS DIRCEU MUNIZ DE ARAGÃO.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1981.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

O Professor Egas Dirceu Muniz de Aragão foi contemplado recentemente, com a láurea "TEIXEIRA DE FREITAS", outorgada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros.

Q Quando da sua indicação, assim se referiu aquele Instituto:

"Tos méritos do indicado, é desnecessário falar: Processualista ímpar, Advogado atuante, Conferencista de escol, Professor consagrado".

"Sua vastíssima obra jurídica se encontra abrigada em nossa Biblioteca, na qual se avulta como foco de interesse e consultas permanentes".

Como se não bastassem essas referências da mais alta expressão quanto à qualificação do festejado processualista que granjeou o respeito e admiração de toda a comunidade jurídica nacional, vale mencionar que a medalha conferida ao Professor Egas Dirceu Muniz de Aragão vem de consagrá-lo na alta galeria das trinta, mais expressivas figuras do direito pátrio já premiados pela distinção, ao lado de Clóvis Beviláqua, Seabra Fagundes, Eduardo Espínola, Carlos Maximiliano, Nelson Hungria, Pontes de Miranda, Miguel Reale, Sampaio Dória, Themístocles Cavalcanti, José Frederico Marques e tantos outros lumináres da ciência jurídica pátria.

Nascido no Estado de São Paulo, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, e aqui, sempre exerceu atividades como Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, Presidente da OAB, seção do Paraná, Professor e Catedrático de Direito Processual Civil, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Sua invulgar bagagem literária se traduz em obras da mais alta expressão jurídica, como seu magistral "Comentários ao Código de Processo Civil", "Estudos sobre Reforma Processual", "Embargos Infringentes" e "Correção Parcial", além de inúmeras conferências e pareceres que o consagraram como um dos mais respeitáveis e acatados processualistas brasileiros.

A homenagem que o Estado do Paraná pretende conferir ao Professor Egas Dirceu Muniz de Aragão, se reveste de plena justiça pelos relevantes serviços prestados por ele à comunidade jurídica brasileira, como expressão maior da cultura de nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, primeiro orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comemora-se nesta semana, a SEMANA DOS ANIMAIS.

Oportuno, por conseguinte, que se lembre o magnífico trabalho — geralmente anônimo — de idealistas que, ao longo da história, têm lutado pela devida consideração aos seres viventes irracionais.

Com este propósito, um respeitável grupo de cidadãos em abril do ano de 1972, organizou a Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba.

Funcionando, atualmente com sede na Rua Colombo, 556 e canil no Portão, a entidade tem desenvolvido os fins estatutários, que são:

1) Fazer cumprir o Decreto Federal 24.654, que estabelece as normas de proteção aos animais e outros dispositivos

sobre o mesmo assunto.

2) Impedir e reprimir atos de crueldade, abuso ou mau trato com animais, de acordo com as disposições legais.

3) Dar assistência veterinária a animais doentes ou feridos e recolher, sempre que possível, animais abandonados ou extraviados, reencaminhando estes e aqueles aos seus legítimos donos ou dando-os, independentemente de compensação a pessoas de idoneidade comprovada que se comprometam a dar-lhes tratamento adequado.

Como evidência do efetivo trabalho, mantém em canil 170 cães pelo desprendimento de associados e dedicação de sua diretoria, composta pelos seguintes honráveis cidadãos:

Presidente: Dra. ENIDE BERNARDES

Vice-Presidente: ELLUIS EDUARDO GALLIANO

Secretária: NEVINHA MARIA CARDOSO

Tesoureira: ALAÍDES NIDIZIELA

Portanto, prestamos nossas homenagens, com satisfação, à Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba que, pelo seu trabalho dinâmico, torna mais significativa a Semana dos Animais.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde o final da semana passada, os brasileiros anotam em suas cadernetas, mais um verdadeiro roubo contra a economia familiar. Se não existe novidade em aumento de preços no País, pois a carestia já faz parte dos inúmeros problemas enfrentados pelo povo, esta faz diferença.

E faz pela causa que levou à alteração do preço.

O açúcar, que até dois anos atrás sofria com a baixa internacional, que levou inclusive um dos maiores produtores, Cuba, a enfrentar sérias dificuldades, está se transformando em mais um componente da despesa familiar de difícil acesso. É mais um entre tantos outros produtos, como a carne, o leite, os ovos, o pão, a farinha, o óleo, e até os serviços como luz, telefone, água, asfalto e impostos, a ser relacionado entre os artigos de luxo do nosso País.

E assim como a farinha, cujo preço teve majoração de quase 400 por cento nos últimos dois anos com a retirada do subsídio, o açúcar sobe a níveis incontrolláveis. E por incrível que pareça, Senhores, é um produto controlado pelo Conselho Interministerial de Preços, sofrendo portanto, tabelamento e controle.

Entretanto, conversando hoje ainda com uma autoridade no setor de preços, a informação que temos apenas confirma nossa hipótese.

Pergunta-nos esta pessoa: "Como segurar preço de açúcar num País que deixou de produzi-lo para fazer álcool aos borbotões? Como obrigar o produtor a produzir mais, se é o álcool que lhe dá o dinheiro hoje, se o PROÁLCOL ainda consegue se apresentar como um projeto de grandes vantagens e lucros?"

Faz, esta autoridade, um grave alerta.

Não está distante o dia em que o Brasil importará açúcar, terá que buscar a preços de mercado internacional, aquilo que produzia de sobra para vender lá fora. Um alerta que apenas repete realidades, como a importação de milho em 1979, quando em 1975, quase o jogávamos fora; como do feijão, que quase fez mortos no Rio de Janeiro, embora fôssemos no passado um dos maiores produtores de feijão do mundo, produzido em pequenas propriedades em todo o Brasil, sem exceção.

Hoje, Srs., o açúcar entra também na lista de escassez, e entra também na da especulação. Desde o dia 02 deste mês, um aumento de 40 por cento no quilo do produto elevou o

açúcar de Cr\$ 27,00 no atacado, para Cr\$ 53,00 o quilo. E o consumidor que pagava Cr\$ 39,00 por um quilo do produto, vai desembolsar nada menos do que Cr\$ 55,00.

Há explicações para isso?

Claro que há, se formos buscar na malfadada política econômica agrícola, de exportação, de produção de energia deste País.

Produzimos álcool para competir com a gasolina; temos agora que sustentar esta imensa produção de carros movidos à álcool. E o povo que se dane se a glicose necessária à sua sobrevivência deixar de entrar nas casas dos brasileiros.

Para atender interesses imediatos de grandes grupos de latifundiários, pouco interessados na produção de alimentos deste País, o Governo tudo faz e nada evita para transformar o Brasil num imenso canavial.

E o Paraná, neste barco, é apenas um marinheiro a mais. Um marinheiro que não contesta, que nada diz, que deixa os comandantes, competentes ou não, a darem o rumo que bem lhes aprouver.

Assim ocorreu com a energia elétrica, que em um ano passou a custar 112 por cento a mais; é assim que enriquecem as empresas públicas que vendem estes serviços.

Assim ocorreu com o telefone, que mais uma vez sobe em 23 por cento.

Assim ocorre com as prestações da casa própria, que serão reajustadas em quase 80 por cento.

O açúcar, como alimento essencial para suprir necessidades de outros alimentos que não chegam à mesa dos brasileiros, não pode sofrer tais majorações.

Exigimos assim, a revisão no preço do produto; o congelamento do preço por um ano, reivindicação dos brasileiros que participam da campanha nacional do Movimento Contra a Carestia, e o mais importante, que em nenhum momento a produção de alimentos passe a ser secundária neste País de famintos.

Que o PROÁLCOOL, este duvidoso projeto, passe pelo crivo da sociedade. Afinal, está provado, enriquece alguns, mas mantém uma irrisória maioria distanciada daquilo que é essencial e indispensável à sua sobrevivência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, dos Vereadores do PMDB do Município de Corbélia, Sr. Garmo Prediger e Sr. Delso Trentin.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, através da imprensa, tomamos conhecimento de um apelo do eminente Deputado e amigo João Elísio. Que preocupa-se, como não podia deixar de ser, com problemas pertinentes ao litoral, notadamente a região das praias.

E disse o Deputado, numa nota divulgada pela Gazeta do Povo, chamando a atenção do Sr. Secretário dos Transportes e Planejamento, sobre a OPERAÇÃO PRAIA, que anualmente é encetada por esta Secretaria de Estado, a fim de minimizar os problemas que existem na orla marítima, uma vez que os prefeitos responsáveis pelas praias, não dão o necessário, o devido respeito, a devida importância.

Assim é que a Secretaria dos Transportes, coadjuvada pelo Diretor Geral do DER, e com o respaldo da Secretaria do Planejamento, já iniciou demarches, no sentido de contratar duas, no mínimo, ou talvez três empreiteiras, empresas que possam fazer serviços em todas as praias, iniciando uma das empresas fatalmente em Guaratuba, que fica no outro lado do continente, a segunda iniciaria em Pontal do Sul e a terceira, talvez, se pudéssemos contratar três, iniciariam os serviços na

Praia de Matinhos. Com duas empresas no mínimo, nós estaríamos bem servidos e teríamos condições de iniciarmos e concluirmos os serviços antes do início da "Operação da Temporada de Praia".

Essa revelação me foi feita há três semanas passadas pelo Dr. Euler Merlin, que disse-me já ter recursos; na época ele tinha Cr\$ 50.000.000,00, com os quais, ele poderia contratar duas empresas. Ele estava movendo gestões, no sentido de conseguir Cr\$ 75.000.000,00 ou Cr\$ 70.000.000,00 para contratar a terceira.

Dest'arte, o litoral todo estaria assistido. E queremos frisar desta Assembléia, deste plenário, desta tribuna, que a obrigação é exclusiva dos Prefeitos de seus municípios. Assim é que, da Praia de Pontal do Sul até o balneário de Praia de Leste, é de exclusiva competência do Senhor Prefeito Elias, do Município de Paranaguá.

Da Praia de Leste, divisa do Santa Mônica, até as imediações do "Ferry-Boat", do Prefeito de Matinhos, e Guaratuba, do Prefeito daquele município. Mas, como esses Prefeitos nada fazem por essas regiões, as praias que estão sobre sua responsabilidade, o DER, a Secretaria dos Transportes e a Secretaria do Planejamento, estão carreando recursos para que os veranistas paranaenses e os milhares de brasileiros que para lá fluem na temporada de praia, não sofram por responsabilidades desses Prefeitos.

Paranaguá, não pode queixar-se. O Prefeito de Paranaguá arrecada este ano oitocentos milhões de cruzeiros; arrecadará no ano que vem, um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros. Este município é extremamente rico, que poderia cuidar de suas praias sem o auxílio do Governo do Estado. Se não cuida, é porque ele não quer tomar ciência de suas responsabilidades, assim com o Governo do Estado, numa atitude desassombrada, sem que seja sua obrigação, sem que seja sua responsabilidade, fará a "operação praia" com o esquema já traçado, já delineado, por esta Secretaria do Estado e pelo DER.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos já nos aproximando do final da quarta semana que o magistério paralisou como única forma de sensibilizar o Governo, para os problemas relativos não só ao magistério, mas, sobretudo, aos problemas da educação, principalmente, no Paraná, cujas reivindicações têm uma colocação estreita na filosofia do problema nacional.

E o que temos assistido, Sr. Presidente, depois das agressões, da violência, dos desvaneios do Governo, é que este lamentavelmente, com todo o acesso que tem, com todo poderio financeiro, de determinação, de força que tem, usa os canais de televisão, dos rádios e dos meios de todos os veículos de comunicações, para fustigar, para impelir e para compilar a classe toda do magistério, a um recuo dos mínguados avanços que tem conseguido nestas jornadas de anos de luta, de sacrifício e por que também não dizer, Sr. Presidente, de sangue e suor?

Temos assistido diuturnamente a imagem colorida de representantes do Governo em todos os veículos de comunicação, mostrando uma única face da história que o Governo sempre conta, a mesma história que sempre é contada pelos poderosos e pelos vencedores, vencedores das batalhas sangrentas, e, com o passar dos anos, aos poucos, como verdade cristalina, penetrante, sadia, honrosa, vem, então, a verdade dos guerreiros do bom combate.

Sr. Presidente, é preciso que, nesta história toda, se tenha como ponto fundamental — o princípio da verdade, da seriedade, da honestidade de propósitos, e nessa parafernália de prose-

litismos oficiais, temos assistido simplesmente o desfilar da tecnocracia repugnante da opinião pública, a exclamar e a esclarecer das vantagens que o magistério tem.

Ainda nos últimos programas de televisão, oportunidades que não são as mesmas para a classe do magistério, para os dirigentes da classe, quando são colocados os problemas pela ótica dos professores, temos visto, em seguida, com privilégios, Secretários de Estado invertendo completamente a ordem dos fatos.

O que viemos fazer aqui, Sr. Presidente, — já que se proclama tanto que o canal de diálogo ainda está aberto pelo lado do Governo —, o que viemos dizer ao Governo é o seguinte: Por que, então, se é o grande portador da verdade, não coloca as lideranças do magistério, e, todos juntos, vão aos canais da televisão, das rádios e de todos os veículos de comunicação, abertos para um grande debate, para um grande diálogo, já que se proclama tanto que não está havendo falta de diálogo da parte do Governo?

O que falta nesta história toda, Sr. Presidente, é o princípio da respeitabilidade recíproca, é o princípio do amor pela honestidade dos objetivos que sempre se proclama buscar. É o que viemos fazer aqui, Sr. Presidente, é exatamente dizer aos representantes do Governo e ao próprio Governo, se é tão verdadeira a sua argumentação, que abra então um debate público para que a opinião pública não seja induzida em erro, para não ficar naquela dúvida atroz, cruel, de condenar ora o Governo, ora o magistério.

Recentemente, Sr. Presidente, o próprio Ministério da Educação reconheceu o grande problema existente na educação do País.

Sr. Presidente, concluo deixando uma única indagação: se o magistério está com a verdade, por que não ouvi-lo? Se o Governo está com a verdade, por que não se discutir amplamente nos canais de comunicação?

E a nossa dúvida, Sr. Presidente, permanece: por que um dos pontos que não envolve matéria de natureza financeira, que é a chamada lista tríplice, por que não se abre mão dela?

Deixo aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, a nossa indignação e a nossa pergunta ao Governo: até quando, enfim, abusará da nossa paciência? Poderiam estar indagando os mestres.

Mas, a pergunta deles é unicamente a seguinte: até quando enfim, vai nos impedir de ir para a sala de aula com o espírito desarmado?

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, o episódio ocorrido no sábado, envolvendo a Polícia Militar e os professores estaduais, foi o grande assunto.

De um lado, nós da Oposição, denunciávamos as arbitrariedades, a violência, a truculência cometida pela Polícia Militar do Estado do Paraná; de outro lado, alguns Srs. Deputados do PDS, com assento nesta Casa, entendiam, assim como o Sr. Secretário da Segurança Pública também, que não houve violência. Que a Polícia agiu da maneira como deveria agir, que o ato se revestiu de legalidade; e que se alguma força fora utilizada, naquela ocasião, fora exatamente contra aqueles que nem professores eram, que esboçaram resistência.

Mas, nós que fomos testemunhas oculares desse lamentável episódio; nós que assistimos, de perto, as cenas e que vimos como tudo aconteceu, desde o seu início, quando o Centro Cívico fora tomado pelas Forças Militares do Governo do Estado do Paraná, estranhamos que alguns Srs. Deputados do PDS, tenham tido um entendimento do que venha a ser violência. Evidentemente, que temos a obrigação de respeitar esses entendi-

mentos. Mas também, temos o direito de deixar aqui registrado nos Anais, que entendemos por violência toda violação de qualquer direito. Violência não é só agressão física. Violência não é pura e simplesmente, por exemplo, proibir que professores, cidadãos brasileiros, que não cometeram nenhum delito, possam se locomover livremente, de Curitiba a Ponta Grossa e retornar de Ponta Grossa a Curitiba.

Entendemos que proibir esta livre locomoção que é um direito inalienável de qualquer cidadão, consiste num grave ato de violência.

E em contato, no sábado mesmo, com o Coronel Raul, Comandante da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, esse oficial afirmou-me que, efetivamente, tinha determinação superior do Secretário da Segurança Pública, para proibir que os ônibus retornassem de Ponta Grossa a Curitiba, conduzindo os professores.

Isto constitui violência; isto constitui abuso de autoridade. Tanto constitui que chegou ao conhecimento deste Deputado e nossa Bancada, por intermédio da Associação dos Professores do Paraná, que o clima, por parte das forças repressivas do Governo do Estado contra os professores, era tamanho que uma professora que vinha de Palotina, de nome Marilu dos Santos conduzindo, em seu automóvel seu filho de quatro meses, ao passar pelo posto da Polícia Rodoviária, teve o seu veículo retido, e, na medida em que fora apresentar os seus documentos, a coitada da professora teve a infelicidade de, juntamente com os documentos de seu veículo, apresentar a sua identidade de Professora do Estado do Paraná.

Vejam só, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a partir do instante em que essa professora levou ao conhecimento da Polícia Rodoviária que pertencia ao Magistério paranaense, ela ficou ali retida, das 5:00 horas da manhã até às 11:00 horas do dia, e seu filho em estado grave, tanto que, somente após o seu filho ter uma convulsão naquela unidade militar, é que foi motivo suficiente para sensibilizar aquelas autoridades — ou agentes de autoridades, de que, efetivamente ela estaria se dirigindo a Curitiba com o objetivo de trazer seu filho para atendimentos médicos, e não para participar do movimento grevista!

Lamentável, lamentável, e sem dúvida entristecedor este ato de brutal violência praticado pela Polícia Rodoviária contra uma indefesa professora, contra uma indefesa mãe que teve, inclusive, que se dirigir ao Hospital Cruz Vermelha, em Curitiba, escoltada!

Isto é uma vergonha para o Estado do Paraná!

Escortada pela Polícia Rodoviária, para que seu filho pudesse ser, pasmem, Srs. Deputados, internado na UTI! Isto é violência, isto é arbitrariedade que muitos, e principalmente alguns Deputados do PDS e o Secretário da Segurança Pública, não querem reconhecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, inscrito.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O conjunto de entidades representativas do movimento democrático e popular em Curitiba, mais de cinquenta, decidiram levar seu apoio ao movimento dos professores, na forma de solidariedade expressada em ato público no local da concentração em frente à Catedral Metropolitana. Uma demonstração de que os professores estão merecendo amplo apoio social. Uma manifestação pacífica, democrática, solidária.

O que temos, Senhores, é que o mesmo espírito democrático não esteja presente novamente, entre as fileiras do Governo.

Tememos que se repitam atos de truculência contra o povo como o que vimos no sábado que passou. Ato única e so-

mente de responsabilidade do Governo, que desde já, para nós do PMDB, é o principal responsável por qualquer marca de violência que venha a caracterizar as relações entre os professores e o povo e o próprio Governo.

Os professores, a população, protestam pacificamente. Não se propõem a agredir ninguém. O mesmo não podemos dizer das forças que o Governador do Paraná utiliza para dissolver uma manifestação justa de melhores condições de vida e trabalho.

Nós, do PMDB, estaremos presentes a este ato, renovando nossa solidariedade aos professores e comungando da mesma disposição que hoje anima a ampla maioria da sociedade paranaense em relação à questão.

Esperamos, sinceramente, que este ato possa se cumprir como se vivêssemos num Estado democrático, onde nem de longe a polícia é colocada para agredir o povo.

Os que não toleram críticas, não admitem ouvir reivindicações, que abandonem a vida pública, onde estariam exatamente para isso. E permitam que o curso da vida política e social avance sem acidentes violentos provocados pelo arbítrio ou pelo desespero.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, para o Grande Expediente.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O Estado do Paraná através da sua sociedade civil, vem acompanhando de um lado, com grande interesse, grande preocupação e de outro lado, extremamente estarecido com a atitude de intolerância com que o Governo vem tratando o assunto da educação, neste movimento Educação e Justiça.

E se olharmos, Srs. Parlamentares, as diversas reivindicações que os profissionais da educação fazem, fruto de uma reflexão muito séria a partir de várias assembleias gerais, e olharmos, em contra-partida, toda uma máquina de publicidade, todos os órgãos de comunicação, colocados à disposição unilateral do Governo do Estado, vamos entender claramente, qual o objetivo próximo e qual o objetivo a longo prazo, pretendido pelo Governo do Estado.

Que, inclusive, Srs. Parlamentares, quando o Brasil assistia a aprovação da Lei nº 5692/71, tentando uma reforma de profundidade na educação brasileira e criando entre outras coisas um estudo de segundo grau, profissionalizante, não quis imaginar o Poder Público as consequências materiais dessa legislação. Pretendeu pura e simplesmente, adequar de uma forma contestável, de uma forma discutível e de uma forma que não atendia exatamente às necessidades e as reivindicações da educação como um todo mas tinha este mesmo Governo, na época da aprovação da lei, um objetivo muito claro, que era um objetivo político, um objetivo de tornar a educação, o grande aparelho ideológico de uma sociedade que, privilegiando uma elite, visava fundamentalmente conservar a margem do processo social, político e econômico, a grande maioria da população brasileira, e afastados de qualquer possibilidade da permeabilidade social, todos os filhos das classes trabalhadoras brasileiras.

Mas quando entrou em violência a Lei nº 5692 e por decorrência dela, o Estatuto do Magistério, este Governo pensando na reforma não quis pensar e planejar os recursos necessários para essa implantação.

E assim, hoje, nós observamos, que a Lei nº 5692, está realmente funcionando como um elemento que vai desviar o fluxo necessário do 1º Grau em relação ao 2º, e procura basicamente colocar uma barreira entre o 2º e o 3º, tentando evitar o acesso fácil da grande maioria dos egressos do 2º Grau ao ensino superior.

E, não bastasse isso, quando a propaganda oficial demonstra que de 1964 até os dias de hoje, o ensino universitário sofreu um aumento de 160 mil matrículas - para um milhão e quatrocentos mil.

Esquecem-se os mesmos estatísticos, Sr. Presidente, de apontar que as matrículas nas escolas oficiais de 64, praticamente permanecem inalteradas em 1981 a não ser, em alguns casos, quando se observa um crescimento meramente vegetativo.

E, o diferencial entre um milhão e quatrocentos mil matriculados nos dias de hoje, para os 160 mil matriculados há 17 anos atrás, vamos observar que grande parte deste contingente passou a ser uma massa de manobra à disposição das grandes indústrias educacionais, promovidas, mantidas e estimuladas por instituições que visam basicamente, estar atreladas a um regime elitista e privilegiante visando o lucro fácil, rápido e abundante, mas jamais com os olhos voltados para a essência do que seja a educação.

E a sociedade civil vê, estarecida, o momento em que chegamos, a um ponto quase final de ruptura entre dois segmentos definidos - de um lado o Governo, cuja paz de legitimidade passa a ser discutida e discutível, porque o seu mandato é fruto de uma eleição indireta, fruto de um mandato biônico. E, de outro lado, a classe do magistério, que ao propor 22 reivindicações, encontra entretanto, os Secretários da Educação, dos Recursos Humanos, das Finanças sempre plantados na trincheira da argumentação de que os recursos financeiros não chegam para atender essas reivindicações.

Mas, Sr. Presidente, esta sociedade passou 17 anos amordaçada, 17 anos ferreteada, por um regime autoritário numa compressão de salário, num achatamento do rendimento. Porque é indiscutível que o golpe militar de 1964, foi feito para que o golpe militar para esmagar, subjugar, escravizar a classe trabalhadora e de uma forma especial, no caso concreto, os trabalhadores da educação, os membros da classe do magistério.

Mas, não bastassem apenas as alegações de falta de recursos, alegação essa que já deveria ter sido vista, quando em 1972, se pretendeu implantar no Paraná uma reforma de ensino, cujas mazelas nós estamos colhendo, com dezenas e dezenas de colégios a formar profissionais de 2º Grau, Sr. Presidente, mas que, não encontram lugar no mercado de trabalho e, para uma habilitação de mão-de-obra, meramente formal, meramente de maquiagem, meramente de fachada. Porque realmente, ainda hoje, o estudante do 2º Grau se coloca, isto sim, na condição do pré-universitário que deseja expandir a sua liderança social, é no meio universitário, é exatamente nas escolas de segundo grau.

Mas, Srs. Deputados, causa espanto a todos aqueles que procuram, de uma forma ou de outra, analisar a situação em que todos estamos mergulhados hoje, com as alterações feitas pelo oficialismo.

De um lado, aparenta o Governo táticas diferentes dentro de uma mesma estratégia, que é tentar vencer pelo cansaço, vencer pela exaustão, vencer acima de tudo pela desesperança, um movimento de uma causa justa, de uma causa social e de que procura apenas adequar uma peça da grande máquina. Porque nós, ocupando esta mesma tribuna, na semana passada, já dizíamos que as reivindicações do Magistério devem ser resumidas e apenas e tão simplesmente na adequação de uma situação de injustiça hoje, mas deve ser o ponto de partida do qual toda a sociedade civil deverá passar a analisar dentro da grande crise nacional, cujo impasse somente será resolvido pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Está gerando uma Constituição livre e soberana, poderá também ser o ponto inicial, o ponto de partida para dar voz, para dar vez, para dar oportunidade à grande maioria do povo brasileiro.

Se nós dizemos que para a grande causa nacional, para a grande crise social, o remédio está aí, que é a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a geração de uma Constituição que permita ao País, um ordenamento jurídico, um ordenamento institucional, um ordenamento social, para a causa da educação.

O Movimento Educação e Justiça II, observado o paralelismo das duas grandes crises, das duas grandes questões que amarradas entre si, um fruto da outra, também a vitória deste Movimento deverá ser, a semelhança de uma nova Constituição, deverá ser o ponto de partida para se repensar o modelo educacional brasileiro aplicado ao Paraná.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência muito bem enfoca a problemática da questão, quando no início do discurso disse que criou-se a lei, mas não se ajustaram os recursos financeiros para que esta lei realmente fosse cumprida. E talvez o problema tenha se desembocado dentro desta falta de coerência, da intencionalidade e da prática.

Mas já dizia o Apóstolo Paulo: "a lei é letra morta, mas o espírito, que vivifica". E onde falta, nobre Deputado, o espírito democrático, e a consequente sensibilidade social, de nada valem as leis, de nada valem as intencionalidades, de nada valem os grandes motivos enunciados de que a meta é o homem, que a prioridade é a educação.

Temos o exemplo talvez mais típico, que é a Lei do Estatuto da Terra. Porque o espírito do regime, não é de reforma agrária. Assim também, a Lei da Reforma do Ensino, pode ter seus aspectos excelentes.

Mas eles não combatem, não empatam com o espírito do regime autoritário. As reformas não passam de palavras ocas. A incoerência entre a intencionalidade e a prática, é que trouxe a falência do ensino.

A alegação simplesmente de falta de recursos, também não condiz totalmente com a verdade. É uma verdade, uma meia verdade parcial, porque eis aí o pedido, a reivindicação da lista tríplice, para cujo expediente não necessita de recursos outros, a não ser os recursos de um espírito democrático. A não ser invenção autêntica no sentido de conduzir as causas do ensino, longe dos comandos políticos, longe do arbítrio, longe do autoritarismo.

Mas os recursos que dizem que faltam, querem tirar exatamente daqueles que menos têm. Parece-me que no movimento Educação e Justiça — e a resposta violenta do arbítrio, da violência, da mentira e da chantagem, com que foi respondido pelo atual Governo, parece a demonstração de que o interventor, General Ney Braga, está a demonstrar ao Ministro Delfin Neto, que aqui no Paraná, compra-se também com rigor as ordens FMI de jogar nas costas dos trabalhadores, que no caso, dos trabalhadores, que no caso, dos professores e do povo em geral, o ônus da incompetência e da corrupção que campeiam neste País e também neste Estado.

Parece-me que isto que o Governador Ney Braga está querendo transmitir ao seu chefe supremo, Delfin Neto.

Muito obrigado pela oportunidade de apartear-lo.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que vem, sem dúvida alguma, mostrar este Governo atua muito bem como ator de um teatro. Entretanto, na vida real, ele demonstra uma total insensibilidade. Mas, mais do que isto este Governo está colhendo os frutos da sua imprevidência.

Porque ao se atrelar a uma máquina centralizadora, toda ela vendida aos interesses multinacionais, sustentada pela vaidade do istamento militar, fez que que o País mudase também

a sua paisagem sócio-econômica. E hoje o Paraná está perdendo a sua identidade cultural, em função exatamente de um modelo agrícola totalmente voltado aos interesses internacionais. E está tendo a sua população concentrada nos anéis de miséria e de pobreza, das cidades médias e das cidades grandes. E o Paraná não está preparado.

Não está preparado porque os seus dirigentes reais do poder que, fechados em Brasília e nos Gabinetes dos Estados Maiores, se esqueceram que dono realmente deste País são os seus 120 milhões de habitantes e não meia dúzia, que, tendo a arma, pensaram ter poder. Obtendo o poder, pensaram poder escravizar toda uma geração. Mas o resultado aí está.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Este Poder está altamente preocupado, porque quando o Governo do Estado resolve colocar nas ruas das grandes cidades do Paraná, tropas de choque, cães amestrados, um equipamento militar, que o Paraná jamais suspeitava que existisse nos arsenais da Polícia Militar, porque a insegurança nesse Estado, dominado por quadrilhas de assaltantes, fazendo com que hoje não seja mais possível sair nas estradas do Paraná numa determinada hora da noite, não seja mais possível deixar uma casa sem um serviço de segurança própria e de repente o Estado do Paraná demonstra ter um arsenal de segurança, mas não para usar contra os marginais, contra os contrabandistas, contra os bandidos, mas para usar contra os mestres de nossos filhos, para usar contra aqueles que obedecendo a profecia bíblica que dizia: 'Ganharás o pão com o suor do teu rosto'.

Estão hoje nas praças públicas a reivindicar, e recebem, como uma demonstração das mãos estendidas, como uma demonstração de que os canais do diálogos estão abertos, todo um aparato militar de segurança, anti-motins, anti-passeatas, com soldados, militares armados até os dentes, com cães amestrados, mostrando uma perícia contra os mestres que não tem contra os marginais, os contrabandistas, roubando sobejamente, que neste Estado, como em todo regime autoritário brasileiro, foi quebrada totalmente a hierarquia de valores, assumida e admitida dentro da cultura tradicional brasileira, mas a serviço dessa famigerada Lei de Segurança Nacional, que visa basicamente criar uma redoma de vidro à prova de balas, para esta meia dúzia que se encastelou pelas armas do poder, e no Poder pretende permanecer para continuar sua caminhada de traição, para continuar a sua caminhada de vendilhões do templo, para continuar dizendo servir a Pátria, servir realmente aos seus próprios interesses e dos grandes interesses dos grandes grupos internacionais.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Vossa Excelência que tem se havido com preocupação constante com o problema da educação, naturalmente, com a propriedade que lhe é característica, aborda os aspectos profundos do problema de natureza nacional.

Problema da educação, como problema econômico e por extensão do problema social, ele tem como estrutura, a espinha dorsal do regime vigente.

E é indiscutivelmente vinculada a toda essa estrutura que o Governo deste movimento revolucionário apelidado de 'revolução' inventou, instituiu e legisla por um único homem. E não poderíamos fazer uma apreciação mais adequada do que a que Vossa Excelência encara, a Lei de Segurança Nacional. Qualquer problema que tem no País, é Lei de Segurança Nacional.

Agora, note Vossa Excelência, Lei de Segurança Nacional para qualquer jornalista que expressa o dever cívico e da sua habilitação superior de informar contra os professores, contra uma série de liberais que buscam esclarecer simplesmente, a nível de cultura, o que sejam as verdadeiras significações das

palavras usadas neste nosso léxico brasileiro.

Agora, veja Vossa Excelência, por que é que os atiradores de bombas não foram colocados, como muito bem disse o Ministro Bierrenback? O recém-empossado Almirante Andersen, nas declarações de voto no Superior Tribunal Militar?

Por que é que a Lei de Segurança Nacional só é aplicada contra os adversários do regime? Contra aqueles que se encojam em dizer a verdade neste País a fora? Contra padres que são expulsos, contra padres franceses que estão pregando a cartilha do Papa, este código internacional e espiritual que se chama Bíblia?

Ora, nobre Deputado, a criança mais ignorante, o homem mais analfabeto, todos sabem que estas leis foram criadas para mantê-los no poder, como instrumento de incitação, de subversão da verdadeira significação do sentido público das palavras e dos comportamentos.

Quem não sabe que os soldados da Polícia Militar, como bem diz a música de Vandrê, são incitados, são colocados nas filas, para aboletar contra a aqueles que os alimentam?

Esta é a verdade das leis de exceção que estão regendo o País. E quase nada mudou, Deputado, desde o Império, desde a fundação desta República, que segundo os americanos, é um dos seus quintais.

E os rossos gordos, opulentos, exuberantes homens que têm poderes excepcionais delegados, ficam a viajar nas nossas costas, nas costas dos produtores, dos produtores de ensino, dos produtores agrícolas que representam a exportação de quase 70 por cento de todas as divisas líquidas que o País ainda consegue garantir para os empréstimos externos.

Ora, Deputado, se formos falar de educação, de economia, da doutrina da Lei de Segurança Nacional, esta tem fulcros nas Leis que D. João VI impôs à Coroa.

Tenho dito com frequência isso aqui, Deputado Renato Bernardi, e não é menos verdadeira esta colocação.

E assiste inteira razão a Vossa Excelência: este País precisa ser sacudido pelos que produzem, para esta meia dúzia que come nas costas dos trabalhadores, de todos os setores que determinam as ordens, para serem cumpridas somente pelos pequenos professores, operários, trabalhadores de modo geral, pequenas empresas, para subsidiar muitas vezes, a exportação de grandes lucros, dos grandes capitais internacionais, e também neste roldão de acontecimentos, alguns capitalistas nacionais.

Diz muito bem João Paulo II, que todo aquele que está sendo explorado, tem direito de se revoltar. E Castelo Branco quando assumiu o poder, quando inverteram a ordem constitucional, era um princípio deste movimento que eles chamaram de "Revolução", de que, até para se afirmar como filosofia e como instrumento de colocar a opinião pública brasileira, os revoltosos, aqueles que não aceitassem as imposições, teriam direito de inverter este estado de coisas, e o estado de coisas que queremos que seja feito, nobre Deputado, é a inversão de toda esta gama de acontecimentos nacionais, o debate amplo, para que a opinião pública se esclareça do que está ocorrendo com os recursos que são, absurdamente, sobre o sofrimento da Nação Brasileira, carreados para os cofres públicos e para meia dúzia usufruir.

Precisamos, realmente, de uma Assembléia Nacional Constituinte, mas precisamos conscientizar o povo para aceitá-la.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa o nobre Deputado que lhe resta um minuto para concluir sua oração.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Fidelcino Tolentino, e lamento

não poder enriquecer o meu pronunciamento com apartes dos Deputados Fiori Luiz e Nilso Sguarezi.

Mas, Srs. Deputados, a coisa aí está. Este Governo que tem, diante de si, o teste da sinceridade, o teste da seriedade, a reivindicação atendida do Movimento Educação Justiça II, fará com que ele passe nesse teste.

A colocação de um aparato policesco militar nas ruas, mostra claramente que o desespero e a violência sempre foram as armas daqueles que estão agonizando.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — No horário da Liderança do PMDB, usará da palavra o Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não pretendíamos chegar ao ponto em que chegamos.

Entretanto, as coisas vão se complicando e entendemos que só teremos um caminho a seguir.

E, nesta oportunidade em que ocupamos a tribuna, vimos perante os Membros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, DENUNCIAR por Crime de Responsabilidade os Srs. Governador do Estado, General NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA, Secretário de Estado da Educação, Dr. EDSON MACHADO DE SOUSA e Secretário de Estado da Segurança Pública, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, nos termos abaixo enunciados:

HISTÓRICO

1. O Governador Ney Aminthas de Barros Braga, e o Secretário da Educação, Sr. Edson Machado de Sousa, já desde o início de suas investidas nos cargos que ocorreram em março de 1979, vêm sendo instados pela Classe do Magistério Público do Estado, através de sua Associação de Classe, a atenderem reivindicações fundamentais para melhoria do nível de ensino, não só no que diz respeito à regulamentação e aplicação do Estatuto do Magistério Público Estadual (Lei Complementar 07/76), como adoção de outras medidas de natureza estrutural, e por fim, o ajuste de um piso salarial compatível com a função e que permita ao professor enfrentar no dia a dia as constantes elevações do custo de vida.

2. Essas duas autoridades, no entanto, no trato de tão importante setor da administração pública, posto que a educação e o alicerce do progresso de uma civilização, tem se comportado de forma irresponsável, quando se comprometem no frente a frente com os representantes da classe, e logo a seguir, se colocam indiferentes, relegando a educação e os interesses da classe dos professores a um plano secundário.

3. O que se afirma, damos o Paraná como testemunho fiel se não bastassem as inúmeras correspondências que transitam pelos diversos departamentos do Estado e pelos gabinetes dos Deputados, dando conta das reivindicações e das demarches entre as partes, isto é, entre o Governador, Secretário da Educação e Representantes da Classe do Magistério, sempre, aquelas duas autoridades, usando de evasivas, quando não de promessas que não são cumpridas, tal como foi o piso salarial correspondente a dois e meio salários-mínimos.

4. Nesse "vai e não vai", já transpõe para o quarto ano a administração do Sr. Ney Braga, sem que houvesse qualquer medida que atendesse fundamentalmente questões estruturais que possa resultar no melhoramento do nível de ensino, incluindo-se aí o próprio vencimento do professor que reflete no seu estímulo para um desempenho eficiente do magistério.

5. Esgotados os meios suasórios para o estabelecimento de parâmetros que satisfizessem ambas as partes, eis que os

Senhores Governador e Secretário da Educação permaneceram renitantes nas suas posições. Depois de uma proclamação antecipada, a classe do magistério deliberou interromper as aulas como única forma para ver atendidas as suas pretensões que são proclamadas justas não só pelos próprios mestres, mas por todos os que conhecem a situação realmente aviltante por que passa a educação em nosso Estado.

6. Aliás, sobre a situação caótica do ensino no Brasil, o próprio Ministro da Educação, recentemente declarou, através as câmaras de televisão, citando inclusive, o grande número de crianças que estão trilhando o mundo obscuro do analfabetismo. Não resta dúvida de que o Paraná partilha dessa mazela que degrada um povo, por culpa de um Governo que por insensível deixa fugir a oportunidade de, de mãos dadas com os mestres, solucionar um problema de tamanha magnitude.

Educação:

Direito de todos

Dever do Estado.

A educação inspira valores fundamentais que são a unidade nacional, o ideal de liberdade e a solidariedade humana.

E todos têm direito de reclamá-la do Estado que por sua vez tem o dever de prestá-la através do ensino que é o elemento básico de qualquer educação. (Art. 176 da Constituição Federal).

A Constituição do Estado do Paraná, que adotou os mesmos princípios, insere ainda no seu texto, entre outras disposições que importam em dever do Estado:

“remuneração condigna aos professores”.

(Art. 138, inciso IX).

Resulta da conjugação dos dispositivos constitucionais a interpretação de situações de ordem moral e material que se completam para tornar possível o cumprimento das obrigações que são impostas ao Poder Público como agente promovedor e mantenedor do ensino segundo os preceitos da Carta Magna.

Portanto, a ausência de componentes básicos que tornem o ensino precário, tal como está ocorrendo no caso do Paraná, entre outros a falta de uma “remuneração condigna aos professores”, descumpra o Poder Público, o mandamento constitucional.

E não queira o Estado inverter as obrigações, isto é, fazer o que tem feito e por seus dirigentes proclamando, que o ensino é responsabilidade do professor, porque não é isso que está escrito na Constituição, seja Federal ou Estadual.

A desídia do Senhor Governador em convivência com o Secretário da Educação é que deu causa a que os mestres, por se sentirem impossibilitados de continuar ministrando aulas com vencimentos incompatíveis com a realidade do custo de vida, num crescendo constante, e, para se desculparem, essas autoridades, perante à opinião pública, utilizam-se de todos os meios de comunicação, especialmente da televisão, gastando altas somas, como ainda na semana finda ocorreu com a palestra do Senhor Secretário da Educação, precedida de uma reportagem que mal pôde disfarçar o seu desinteresse pela solução desse grave problema, posto que, ao invés de recorrer a propostas concretas, capazes de pôr fim ao impasse, procurou valer-se de recursos de ordem emocional, quando não, usando de falácias, especialmente quanto a vencimentos e, maliciosamente, querendo incompatibilizar a classe com a opinião pública, o que não condiz com a responsabilidade de quem administra a coisa pública.

Diante da indiferença dos Senhores Governador e Secretário da Educação, quanto à solução do problema, os mestres resolveram seguir até o Palácio Iguaçu, no propósito de, através de uma comissão, viabilizar um diálogo. Entretanto, qual não foi a surpresa de ver que ali se encontrava um grande aparato policial, fortemente armado, que impediu que se aproximassem do Palácio, ao mesmo tempo em que esses mestres ficaram cercados e obrigados pelos policiais a se postarem ocupando

parte da via pública.

E não resta dúvida de que esta foi uma manobra indutória das autoridades policiais com a responsabilidade do Senhor Secretário da Segurança Pública, General Haroldo Ferreira Dias, em co-responsabilidade com o Senhor Governador e Secretário da Educação.

A ação maléfica do Senhor Secretário da Segurança, obrigando os mestres a ficarem ocupando parte da via pública, obedecia a um plano de ação que posteriormente seria desencadeado como de fato o foi, quando, no sábado, se praticou por sua determinação, obedecendo ordens do Senhor Governador, atos de agressão contra diversos professores e professoras, algumas já de idade avançada, outras em adiantado estado de gestação, crianças, muitas delas sofrendo lesões corporais comprovadas em exames a que foram submetidas, enquanto que outros eram presos e conduzidos à Delegacia de Ordem Política e Social.

As agressões estão testemunhadas pela imprensa escrita e televisionada, e, como se não bastasse, tem a confissão do próprio Secretário da Segurança que sequer sentiu pejo de dizer que mandou praticar as agressões porque soube que estavam vindo de Ponta Grossa alguns ônibus nos quais estavam professores que haveriam de engrossar a presença daqueles que estavam a campos próximo à Prefeitura.

DIREITO DE REUNIÃO

É direito consagrado na Carta Magna que “todos podem se reunir sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem”. (Art. 153, parágrafo 27, da Constituição Federal).

E todos os que ali estavam reunidos, eram, na maioria mulheres e crianças e ninguém possuía armas. Era uma reunião ordeira, pacífica, portanto, guardando os ditames da Lei Maior e, por isso mesmo, com sua garantia.

Perfeitamente identificado esse agrupamento com o texto constitucional, porque as presenças ali encerrava uma idéia que era exatamente a de comunicar às autoridades a sua proposta, objetivando a solução de um problema da maior importância para a vida do Estado.

REPERCUSSÃO DOS FATOS

Todos os fatos narrados na presente denúncia são do domínio público. Se não bastasse o amplo registro feito através da imprensa escrita, falada e televisionada, colocando em evidência uma situação que decorre da omissão maléfica dos dois primeiros denunciados.

Assim é, que o problema educação ao invés de ter uma solução normal, com o acionamento de mecanismos legais, foi e está sendo tratado pelos denunciados, Governador Ney Braga e Secretário da Educação Edson Machado de Sousa, como um caso de polícia, cujo aparelho repressivo foi acionado no dia 03 corrente, sábado p.p., às 17:00 horas, sob ordem direta do terceiro denunciado, Coronel Haroldo Ferreira Dias para a prática das relatadas violências, conforme sua confissão pública pela imprensa.

Essas violências que mereceram repúdio de quantos a presenciaram, porque sem qualquer justificativa, uma vez que se tratava de um agrupamento dos mestres, sem qualquer perturbação à ordem, tanto é que o Senhor Secretário no momento se encontrava participando de um churrasco na chácara do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado João Mansur, localizado e instado pelo Deputado José Tavares para impedir a consumação das agressões físicas contra os mestres indefesos, respondeu que era uma operação que determinara o seu desencadeamento por ordem do Senhor Governador Ney Braga.

DA CONEXÃO DOS CRIMES

Fica, portanto, estabelecido o vínculo da responsabilidade criminal pelos fatos que vão desde a omissão no cumprimento do dever de administradores, por não proverem o Senhor Governador e Secretário da Educação, o ensino das condições indispensáveis para o Estado alcançar os fins colimados e expres-

nos no texto da Lei Maior, como já foi dito, e, por cima disso, cometeram flagrante e criminoso abuso de poder, cujo executor material está definido na pessoa do Secretário da Segurança que se utilizou de todo um aparato policial para perpetração das violências que resultaram em ferimentos e prisões ilegais de pessoas da categoria dos mestres.

E, se esta Casa de Lei, através dos Senhores Representantes do Povo, não proclamar a responsabilidade criminal dos denunciados, de conseqüência, o impeachment do Senhor Governador Ney Braga, fica demonstrado que estamos no caminho do primitivismo ou do despotismo irresponsável que o Brasil viveu ao tempo da Monarquia, em cuja Carta Política estava inscrito no artigo 99:

“A pessoa do Imperador é inviolável e sagrada: ele não está sujeito à responsabilidade alguma”.

ESPÉCIE JURÍDICA

A Constituição Estadual estabelece no seu artigo 48, que os crimes de responsabilidades do Governador são os definidos na lei federal.

Portanto, os fatos relatados na presente denúncia que são atribuídos à responsabilidade do Senhor Governador Ney Braga e seus auxiliares, Secretário da Educação, Dr. Edson Machado de Sousa e Secretário da Segurança, Coronel Haroldo Ferreira Dias, são crimes definidos na Lei Federal 1079, de 10 de abril de 1950, capitulados nos seguintes artigos e incisos:

Artigo 79, inciso 5, que diz: “Servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso de poder, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão” e inciso 9 do mesmo artigo que estabelece:

“Violar patentemente qualquer direito ou garantia individual constante do artigo 141 (hoje 153) e bem assim os direitos sociais assegurados no artigo 157 (hoje 165) da Constituição”.

Aqui também se aplica o disposto no artigo 123 da Constituição Estadual que trata dos Direitos Fundamentais que foram violentados por ato dos denunciados.

No caso da presente denúncia tem aplicabilidade ainda do artigo 9, incisos 1 e 7 que dizem, respectivamente:

“Omitir ou retardar dolosamente a publicação das leis e resoluções do Poder Legislativo ou dos atos do Poder Executivo”.

Aqui o delito do Senhor Governador em conexão com o Senhor Secretário da Educação se configura no desatendimento ao disposto no artigo 125, da Lei Complementar nº 7, de 22/12/76 (Estatuto do Magistério Público), que determina a sua regulamentação no prazo de 90 dias, a contar da sua publicação, o que até agora não ocorreu.

A maneira falaciosa como tem sido tratado o problema do magistério, em especial da educação, com afirmações não condizentes com a realidade. Tal como se constatou na fala do Senhor Secretário da Educação através do Canal 12, quando, inclusive, procurou criar animosidade da opinião pública contra os mestres, tornou caracterizada a falta de seriedade como o problema tem sido tratado, ensejando assim a aplicação do referido inciso 7, do citado Diploma Legal que diz:

“Proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo”.

ROL DA PROVAS

Para provar os fatos relatados na presente denúncia deverão ser ouvidas as seguintes testemunhas:

- 1 - Deputado João Mansur;
- 2 - Deputado José Tavares;
- 3 - Jornalista Luiz Manfredini;
- 4 - Professora Neide de Azevedo Lima;
- 5 - Professora Adelaide Mattos Guedes;
- 6 - Jornalista Nilson Pohl;
- 7 - Professor Rubens de Oliveira.

Compete a esta Assembléia Legislativa, por dois terços de seus Membros, nos termos ao artigo 50, da Constituição Estadual, declarar a procedência da acusação para que os denunciados possam ser submetidos a julgamento por um Tribunal Especial, no qual será aplicada a sanção de perda dos cargos e inabilitação até cinco anos para o exercício de qualquer função pública, nos precisos termos do artigo 78 da Lei 1079/50, precedida da suspensão de suas funções e sem prejuízo da ação na justiça comum.

PROCESSO E JULGAMENTO

O rito processual obedece ao que está estabelecido no artigo 14 e seguintes da Lei nº 1079/50, cumprindo realçar que da comissão especial eleita devem participar representantes de todos os partidos políticos.

O julgamento, segundo o inciso 11, do artigo 40, da Constituição Estadual, compete a um Tribunal Especial composto de cinco Deputados, eleitos pela Assembléia Legislativa, em votação secreta, e de cinco Desembargadores, sorteados pelo Tribunal de Justiça entre os seus Membros efetivos, sendo presidido pelo Presidente do Tribunal de Justiça que terá voto no caso de empate.

Diante do exposto, espera seja acolhida a presente, para que tenha curso o procedimento normal.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário, declinado, consultamos a Liderança do PDS.

Com a palavra o Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Proselitismo dos homens de Oposição, tem um aspecto compreensivo. Porque é normal, óbvio até, que os homens da Oposição contraditem, acusem, bradem e se repitam.

E, de outro lado, vemos uma repetição, até certo ponto cansativa, de muitos Deputados do Partido Oposicionista, em pisar e repisar os mesmos assuntos e em inúmeras vezes, demonstrando em seus pronunciamentos, a inverdade.

Já dissemos, ontem, que a opinião da bancada é de respeito aos professores, é de respeito àqueles que reivindicam, é de respeito à lei, é de respeito à Constituição, é de respeito a todos.

O Sr. Gernote Kirinus — Permite-me uma observação?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Em seguida. Verificamos que atrás do professor usando, repito, uma bandeira justa, reivindicatória do Magistério, vemos um segmento político fazer, ou tentar fazer, política eleitoral. O que temos visto é o professor ser usado. Em lugar de ser apoiado, é usado.

O Sr. Nelson Friedrich — Permite um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Depois. Digo isto com muita simplicidade, porque já dizia o ilustre Deputado José Tavares, a quem respeito e admiro muito, que violência não é apenas o ato de se levantar o cacete e baixar na cabeça de alguém, mas a violência tem vários e inúmeros aspectos. Temos visto, ultimamente, após o sábado em que os professores foram desalojados da via pública, próximo à Prefeitura Municipal, perto de cem professores, e aqui faço uma observação que acho bastante importante, tudo tem duas óticas e dois enfoques. Na minha opinião pessoal, e poderão até as galerias ou os Deputados me contraditarem, é a irresponsabilidade de uma senhora grávida participar de um movimento reivindicatório no meio da rua. Na minha opinião isto chama-se irresponsabilidade, como levar crianças pequenas também.

Portanto, quando a polícia não prende um marginal, quando a polícia não elucida com brevidade um crime, todos se levantam contra a polícia que não teve a necessária competência, a necessária prontidão para debelar ou prender um marginal. Quando a Polícia sem nenhum cacete, sem nenhuma arma.

sem nenhum cão amestrado - mentira da Oposição - tira da rua, da via pública, querendo confundir reunião com direito de fechar o tráfego, que não tem nada uma coisa com outra. Vimos agora há pouco o Deputado falar em direito de reunião, claro que é constitucional, mas não no meio da rua. Isto é outra história, outra conversa, nobre Deputado.

Portanto, não vemos e queremos, sobretudo seriedade. Nós, ontem exultamos a presença do Líder Nilton Friedrich na tribuna, quando invocava novamente o diálogo, precisamos dialogar. Não adianta ficarmos tentando aumentar o impasse, tentarmos deixar o confronto como se não tivesse nem uma janela de saída, nem uma porta de saída. Precisamos voltar ao diálogo com os professores. Sabemos das reivindicações, agora nós, do Governo, não podemos olhar somente a classe do magistério.

Quando alguns Deputados falam que o Governo não tem dinheiro para atender às reivindicações do Magistério, tem dinheiro, mas temos que pensar em todas as classes do funcionalismo público. Não podemos, absolutamente, apenas beneficiar, talvez meritoriamente, os mestres do Paraná apenas. Existem cem mil funcionários públicos que necessitam do apoio e da atenção do Governo.

O Sr. Fidelcino Tolentino - V. Exª me permite um aparte?

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO - Depois. Quando o Governo disse oficialmente que encerrou o diálogo com os professores, diretamente, e o Secretário declarou oficialmente, o Secretário Edson Machado, foi em função de ter concedido tudo o que foi possível agora, neste momento, e que teria condições de prosseguir no diálogo ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela ordem. Requeiro a Vossa Excelência o cumprimento ao Regimento Interno da Casa. Não podem se manifestar, nem de apoio, nem de vaia ao orador.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa solicita às galerias que não se manifestem, em cumprimento ao Regimento Interno desta Casa.

Com a palavra o Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Sr. Presidente, temos, como disse, que verificar globalmente os problemas. Ontem, já dissemos que as reivindicações são infinitas e que os recursos são finitos. Infelizmente, a Oposição não terá o privilégio de verificar isso na prática, porque infelizmente neste caminho chegará ao poder.

Em reuniões demoradas a nível de bancada, desde maior deste ano, verificando a situação aflitiva que se encontra o funcionário, de modo geral, decidimos em reunião ontem, após várias considerações de todos os companheiros de bancadas, apresentar hoje ao Sr. Presidente desta Assembléia, um apelo ao Governador Ney Braga, no sentido de que se estude a possibilidade para se conceder à laboriosa classe dos funcionários públicos do Paraná, uma condição que minore, pelo menos, a dificuldade atual em que se encontra.

Sr. Presidente, os Deputados que o presente subscrevem, requerem seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Paraná, no sentido de conceder o 13º vencimento a todos os funcionários do Paraná".

O requerimento, Sr. Presidente, segue assinado por todos os Membros da nossa Bancada.

Sr. Presidente. Srs. Deputados. Temos em mãos uma série de comunicações do Movimento "Educação e Justiça II".

Voltaria a fazer um apelo aos Companheiros de todas as Bancadas desta Assembléia, para que possamos hoje, através desta Casa e o Clero dos Bispos de Curitiba, que ontem parece que

se reuniram com os dirigentes dos professores por várias horas, que nós possamos voltar ao diálogo. E convocando os professores, para que nós possamos, num entendimento comum, voltarmos às aulas e que o Governo, desta forma, possa prosseguir concedendo "pari-passu", gradativamente, todos os benefícios que as classes dos professores, em particular, e do funcionalismo público, em geral, merece do Governo do Estado.

Gostaria de responder a uma indagação feita ontem, em termos de lista tríplice, que é uma das dezenas de pontos levantados em várias assembléias e em vários manifestos. A nossa bancada reunida e a respeito do assunto, verificou o seguinte: em primeiro lugar, fato concreto: nos grandes centros do Estado do Paraná; cidades como Ponta Grossa e Londrina, entre outras, já existe de fato, a lista tríplice para a escolha de diretores. Em segundo lugar, a Bancada irá deliberar sobre o assunto, inclusive dialogando com os líderes do magistério, no momento em que os professores voltarem às salas de aula. Esta foi a deliberação de nossa bancada, deliberação unânime, dos integrantes do nosso Partido.

Teremos a maior boa vontade em dialogar com os professores, para que nós possamos chegar a um bom termo. Mas a Bancada não vai deliberar sob pressão de uma greve que hoje existe.

O Sr. Nilton Friedrich - V. Exª me permite um aparte?

(Assentimento).

Ilustre Deputado Gabriel Sampaio, de plano, eu gostaria de dizer, que parece-me que Vossa Excelência que já foi até Secretário da Educação deste Estado, do Município de Maringá, que foi alto diretor do Banco do Estado, membro do conselho do Tribunal de Contas e que hoje nos honra como Deputado Estadual, tenha tido, na nossa opinião, a infeliz expressão que os professores poderiam estar sendo usados.

Parece-me, ilustre Deputado, que dizer que uma categoria que tem sobre sua responsabilidade a condução do ensinamento das novas gerações, que eles estariam sujeitos a servir de massa, é menosprezar a inteligência do magistério.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Eu vou suspender o aparte de Vossa Excelência, para dizer o seguinte: entre os que resistiram ao movimento policial do último sábado, a maioria não era professor, eram pertencentes ao diretório de seu Partido e a outros partidos da Oposição.

Eram homens de entidades não ligadas ao magistério que estavam aproveitando para fazer politicagem.

O Sr. Nilton Friedrich - Vossa Excelência está exigindo o atestado ideológico partidário para dar solidariedade.

Concluo, com brevidade, o meu aparte.

Então, entendo com muita clareza que é menosprezar a inteligência de todo o professorado e colocá-lo como sendo utilizado e manobrado por interesses eleitoreiros.

Por outro lado, a questão da lista tríplice é uma prova exata de que é uma decisão eminentemente política do PDS. E veja bem, o que nós estranhamos é que Vossa Excelência vem levantar que a maioria nesta Casa, o PDS, não pretende negociar sobre pressão enquanto os professores estiverem em greve. Só lembro a Vossa Excelência, embora seria desnecessário, que esta reivindicação já compõe o rol de reivindicações do ano passado e que, portanto, já desde o início do mês de janeiro, dia 15, quando houve praticamente a primeira reunião da Comissão partidária este ano ela já estava com uma das questões a serem atendidas.

Então, Vossa Excelência me permite dizer que está o Partido do Governo perdendo uma grande oportunidade de atender uma reivindicação que é base e que não depende de nenhum dinheiro do cofre do Paraná.

E além do mais, termino dizendo somente o seguinte, Sr. Deputado: que também fico feliz quando vejo que a Bancada do PDS teve ao menos a predisposição de rever uma posição que nós ouvíamos há poucos dias do Líder do PDS desta Casa, Deputado Erondy Silvério, dizendo de que havia um impedimento de lei para se beneficiar com o 13º salário. E já que agora, Vossa Excelência diz que há esta pré disposição, nós ao menos vemos que aos poucos está se mudando, porque, os professores estão na rua reivindicando, e sobre pressão Vossas Excelências estão cedendo.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Terminaria, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: que eu não quero menosprezar a inteligência de ninguém e não quero que menosprezem a nossa.

Evidentemente, se o Governador Ney Braga pudesse conceder o 13º salário, o reajuste semestral, trimestral, mensal, até para acompanhar a inflação, porque não dizer, sem cair no ridículo, é evidente que isso seria concedido.

Se não o é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhoras professoras que assistem a nossa reunião, evidentemente, há razões econômicas que impedem isso. O nosso orçamento é finito, ele tem números reais que não podem ser ultrapassados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É feita a chamada nominal).

Há “quorum” para prosseguimento da sessão e consequente deliberação.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Linneu Turra, lido da tribuna, consubstanciado em denúncia por Crime de Responsabilidade, os Srs. Governador do Estado, Secretário da Educação e Secretário da Segurança Pública.— À Comissão de Constituição e Justiça, para averiguar o procedimento do pedido.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 44/81, oriundo

de parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 62/81 (Mens. Gov. nº 68/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da “II Feira Brasileira do Artesanato”, no período de 10 a 19 de julho de 1981.—

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, o Projeto de Resolução nº 44/81, sobre ele temos uma posição por parte da Bancada do PMDB.

E como esta fase se restringe à constitucionalidade, obviamente votaremos favorável.

Reservamo-nos, no entanto, a partir de amanhã, em 2ª discussão, entrar no mérito deste projeto, bem como outras análises que se farão e que estão ligadas à questão pretendida.

Assim é que a Bancada do PMDB deixa clara esta posição, hoje, de votar favoravelmente, já que se restringe tão somente à constitucionalidade da medida pretendida.

E amanhã, haveremos de aprofundar a questão, levantando questões de mérito e outros aspectos relacionados exatamente à questão que, no nosso entendimento, dizem respeito não só à Feira Brasileira de Artesanato, que já se realizou, de 10 a 19 de julho de 1981, mas como de outras matérias sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, e afins, dizendo respeito às feiras que são realizadas no Parque Barigui.

Por hoje, ficamos com essas referências, para voltarmos à questão de mérito, amanhã.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação, Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

17 Srs. Deputados o aprovam; 1 rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 95/79 e 70/80.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.^a LEGISLATURA — 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 22.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Renato Bernardi apresentou redação final aos seguintes processos: Projetos de Resolução de n.ºs 36/81, 37/81, 38/81 e 39/81, os quais foram aprovados sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.^a LEGISLATURA — 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 25.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Antônio Cotrim, apresentou redação final aos seguintes processos: Projetos de Lei de n.ºs 72/81 e 84/81, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 1.º de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
Lélío Guimarães Sotto Maior - Secretário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.^a LEGISLATURA — 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 26.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Renato Bernardi apresentou redação final aos seguintes projetos de Lei de n.ºs 58/81 e 80/81, bem como os projetos de resolução de n.ºs 40/81 e 41/81, 42/81 e 43/81, as quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA — 9.^a LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos doze dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e um, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões deste Poder Legislativo, sob a Presidência do Senhor Deputado Ruben Valduga e contando com a presença do Senhor Deputado Werner Wanderer que atendendo Convocação para esta reunião extraordinária da Comissão de Indústria e Comércio, quando então seriam delineados planos referentes às atividades da Comissão para o próximo semestre, oportunidade em que, o Senhor Presidente solicitaria aos Senhores Deputados membros efetivos da referida Comissão, sugestões para o assunto objeto desta Convocação da qual constatou-se a falta de número legal, ocasião em que o Presidente declinou por uma nova Convocação Extraordinária, onde fosse marcada outra reunião para o dia dezenove

do corrente mês com o mesmo assunto já determinado, e para constar lavrei o presente TERMO DE ATA, o qual será assinado pelo Senhor Presidente, Deputado Ruben Valduga e por mim, Secretário, Jayro Camargo, a fim de que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1981.

aa) RUBEN VALDUGA — Presidente

Jayro Camargo - Secretário

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
3.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões deste Poder Legislativo, compareceram os Senhores Deputados Ruben Valduga, Presidente, Gilberto Agibert Filho, vice-Presidente e Werner Wanderer membro efetivo da Comissão de Indústria e Comércio, atendendo convocação para a reunião extraordinária da referida Comissão. Quando então o Senhor Presidente constatou a falta de número legal e deixou de abrir os trabalhos da presente reunião já objeto de Convocação anterior que fora marcada para os doze dias do corrente mês com assunto ali especificado, ocasião em que marcou outra reunião para o dia primeiro do mês de setembro do corrente ano, através de nova Convocação Extraordinária da Presidência desta Comissão de Indústria e Comércio, oportunidade em que lavrei o presente TERMO DE ATA, o qual será assinado pelo Senhor Presidente, Deputado Ruben Valduga, e por mim, Secretário, Jayro Camargo, a fim de que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1981.

aa) RUBEN VALDUGA — Presidente

Jayro Camargo - Secretário

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
3.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas deste Poder Legislativo, compareceu o Senhor Deputado Ruben Valduga, Presidente da Comissão de Indústria e Comércio que constatando a falta de número legal para os trabalhos da presente reunião, marcou nova convocação extraordinária desta Comissão com assunto já pautado em convocações anteriores em reunião a ser realizada dia trinta do corrente mês, do que para

constar, lavrei o presente TERMO DE ATA, a qual será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Ruben Valduga, e por mim, Secretário, Jayro Camargo, a fim de que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1981.

aa) RUBEN VALDUGA — Presidente

Jayro Camargo - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES
NOS CUSTOS DOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
DE PRIMEIRA NECESSIDADE

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatro dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e um, às dezessete horas e dez minutos, reuniram-se na Sala das Comissões, os Senhores Deputados Jurandir Messias, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, João Elísio, Nestor Baptista, Lázaro Dumont e Antônio Cotrin, membros efetivos, indicados por suas lideranças partidárias para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Possíveis Irregularidades nos Custos dos Produtos Alimentícios de Primeira Necessidade, CPI do Consumidor. Com o fim específico de instalar e eleger o seu Presidente e vice-Presidente. De acordo com o Art. 40, parágrafo único do Regimento Interno, assumiu a direção dos trabalhos o Senhor Deputado Jurandir Messias, dando por instalada a Comissão. A seguir realizou-se a eleição, verificada a votação, constatou-se a maioria de votos para os Senhores Deputados Gabriel Sampaio e João Elísio, para a Presidência e vice-Presidência respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito o Senhor Presidente, usando da palavra, agradeceu aos seus nobres Pares pela sua eleição, tendo em seguida indicado o nome do Senhor Deputado Nestor Baptista, para funcionar como Relator Geral da Comissão, indicação aprovada por unanimidade, continuando o Senhor Presidente disse que as reuniões futuras, serão realizadas de acordo com o Art. 43, alínea "a" do Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, mandando que se lavrasse Ata, para que após lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1981.

aa) GABRIEL SAMPAIO — Presidente

Agildes de Oliveira Martins - Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e um às dezesseis horas, na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, sob a presidência do Senhor Deputado Antônio Facci e com a presença dos Senhores Deputados: Trajano Bastos, Francisco Escorsin, Aguinaldo Pereira Lima, Lineu Mansani Turra, Egon Pudell e Adalberto Daros, bem como demais Senhores Deputados, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos. Nada mais havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia, onde foram relatados os Processos que seguem: PROPOSIÇÃO n.º 51/80, prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1979. Relator o Senhor Deputado Antônio Facci. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. PROCESSO N.º 4563/81, prestação de contas da Associação Esportiva Colégio Cristo Rei, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 10946/80, prestação de contas da Ação Social de Jandaia do Sul, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 4720/81, prestação de contas da Sociedade Educadora São Francisco Xavier, referente ao exercício de 1980. Processo n.º 4992/81, prestação de contas da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, referente ao exercício de 1981. PROCESSO N.º 11123/80, prestação de contas do Colégio Comercial Estadual de Lupianópolis, referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 11076/80, prestação de contas do Colégio Getúlio Vargas, referente ao exercício de 1973. Relator Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. PROCESSO N.º 4233/81, prestação de contas do Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivaí, referente ao exercício de 1981. PROCESSO N.º 4248/81, prestação de contas da Sociedade Beneficente e Recreativa São Carlos do Ivaí, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 4224/81, prestação de contas do Ginásio Estadual Santa Inês, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 3288/81, prestação de contas da Casa Estudante Universitária de Curitiba, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 4515/81, prestação de contas da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 1902/81, prestação de contas da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, referente ao exercício de 1980.

Relator Senhor Deputado Egon Pudell. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. PROCESSO N.º 11366/79, prestação de contas da Escola Professora Lourenço Filho, de Cornélio Procopio, referente ao exercício de 1977. PROCESSO N.º 11404/80, prestação de contas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Antônio da Platina, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 3877/81, prestação de contas do Centro de Tradições Gaúchas "CAVALO BRANCO", referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 510/81, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 511/81, do Lar Anália Franco, de Cambará, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 1585/81, prestação de contas da Ação Social Nossa Senhora do Pilar, referente ao exercício de 1980. Relator Senhor Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. PROCESSO N.º 2192/81, da Associação Franciscana Senhor Bom Jesus, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 3882/81, prestação de contas da Obra Social da Cruzada da Evangelização de Ponta Grossa, referente ao exercício de 1973. PROCESSO N.º 12089/80, prestação de contas de Serviço de Assistência Social Bom Pastor de Paranaguá, referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 1024/81, prestação de contas do Instituto Social e Beneficente Novo Signo Creche Cantinho do Sol, referente ao exercício de 1980. Relator Senhor Deputado Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados membros da Comissão e demais Senhores Deputados presente e por mim, Eumênia de Oliveira, secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1981.

aa) ANTÔNIO FACCI — Presidente

Eumênia de Oliveira - Secretária

COMISSÃO ESPECIAL QUE ESTUDA O
ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
9.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e um, no Pequeno Auditório deste Poder Legislativo, às nove horas e cinquenta minutos, sob a Presidência do Senhor Deputado José Domingos e com a presença dos Senhores Deputados Lineu Turra e José Tavares, reuniu-se a Comissão Espe-

cial que Estuda o Estatuto da Polícia Civil do Paraná. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão de Instalação. Em seguida o Sr. Presidente comunica a presença dos Senhores: Pedro Brambila, Presidente da Associação dos Escrivães de Polícia; Luiz Gabriel Passos, Presidente da Associação de Criminalística do Paraná; Renato Souza Lobo, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira; Gidalti Ferreira Nascimento, Presidente da União de Polícia Civil; Renato Ortoloni de Souza, Chefe de Gabinete do Secretário de Segurança; Sérgio Renato Sinhori, Vice-Presidente da Associação dos Criminalísticos e Hamilton Soares Camfield, Diretor da Polícia Civil. Dizendo que há o máximo interesse da Comissão em dar à Polícia Civil, o melhor, porque sabe e conhece perfeitamente, o longo trabalho, a luta antiga, por este Estatuto, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Dr. Renato Souza Lobo, o qual disse que é uma satisfação que na qualidade de Presidente da Associação dos Delegados de Polícia, possa com os demais colegas presentes, auxiliar no trabalho da Comissão e trazer subsídio na tentativa de aperfeiçoar o Estatuto da Polícia Civil. Em seguida, o Senhor Presidente, põe em estudos as emendas apresentadas, e para maiores esclarecimentos as notas taquigráficas farão parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1981.

aa) JOSÉ DOMINGOS — Presidente
Luiz Douglas Ferreira - Secretário

COMISSÃO ESPECIAL QUE ESTUDA O
ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
9.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e um, no Pequeno Auditório do Poder Legislativo, às 10:00 horas, reuniu-se a COMISSÃO ESPECIAL QUE ESTUDA O ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ, sob a Presidência do Deputado José Domingos e com a presença dos Srs. Deputados: José Tavares, Luiz Gabriel Sampaio, Lineu Turra e Nelson Buffara. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Em pauta foram estudados várias propostas apresentadas pelos representantes dos órgãos policiais, entre eles aquele que diz respeito ao Capítulo 3.º, Título I, Art.

10 e 11 do Estatuto, onde os peritos oficiais do Estado, estão enquadrados como auxiliares da autoridade policial, e o pedido é de que passe estes peritos como componentes de um corpo técnico-científico. O Sr. Presidente autorizou ao Deputado Relator que estude a possibilidade e, solicitou ainda que, se oficie aos integrantes dos diversos órgãos da Polícia Civil, convidando-os para uma reunião a ser realizada no dia 1.º de outubro, às 9:00 horas. Como nada mais havia a ser tratado, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1981.

aa) JOSÉ DOMINGOS — Presidente
Luiz Douglas Ferreira - Secretário

COMISSÃO ESPECIAL QUE ESTUDA O
ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
9.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões das Comissões, às 10:30 horas, reuniu-se a COMISSÃO ESPECIAL QUE ESTUDA O ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ, sob a Presidência do Deputado José Domingos e com a presença dos Senhores Deputados José Tavares, Luiz Gabriel Sampaio, Nelson Buffara e Lineu Turra. Havendo número legal, foi declarado aberto os trabalhos, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, foi anunciado pelo Sr. Presidente, a presença de representantes de diferentes carreiras da Polícia Civil, os quais estão colaborando com os demais membros, no aperfeiçoamento do Estatuto, registra ainda, novas sugestões trazidas pelos Presidentes da União da Polícia Civil e pela Associação de Criminalística. Em seguida usa da palavra o Deputado José Tavares, dizendo não ter recebido durante a semana nenhuma sugestão ou providência nova que viesse exigir atenção especial pela Comissão, a não ser essas entregues hoje, pelos Dr. Nascimento e Gabriel, as quais iremos estudar oportunamente. Fala sobre a emenda trazida por parte da Associação, no que diz respeito ao artigo do Estatuto — “preferencialmente, que o cargo de Delegado de Polícia deverá ser ocupado por Delegado de Carreira” — quando deveria dizer que, privativamente será ocupada por Delegado Geral de Carreira: o outro artigo diz respeito: — “a requerimento, o Presidente poderá ficar a disposição, em tempo integral da própria Associação”, sugere que seja estendida às demais Associações. Solicita do Dr. Camfield, explicações sobre a situação daqueles funcionários.

rios de outros órgãos e que se acham a disposição da Polícia Civil. O Dr. Camfield, explica que no Estatuto em seu art. 292, esses funcionários serão aproveitados através de um processo seletivo interno para que se avalie a qualificação de cada um dos seus funcionários, o seu nível de escolaridade, a sua aptidão física e aqueles requisitos que a carreira policial exige, para que possamos abrigá-los, a todos indistintamente no Quadro da Polícia Civil. Em seguida o Deputado Lineu Turra, indaga, se existe no Estatuto qualquer proibição para aqueles que não são da Carreira Policial, possam participar em diligências policiais. O Dr. Camfield diz que existe uma proibição com relação a autoridade ou ao funcionário policial que determinar o aproveitamento desses elementos em uma atividade estranha à Polícia Civil, a responsabilidade penal é plena, e em razão do seu ato, responde em função da legislação a que ele estiver sendo regido. Foi também discutido a situação de viúvas de Policiais, as quais passam a ganhar uma pensão mensal de 50% sobre o vencimento básico e não sobre o total recebido em vida, como houve certa polêmica ao assunto foi sugerido a presença do Superintendente do IPE para uma próxima reunião. Sobre o mesmo assunto ficou esclarecido que a partir de janeiro/82, será descontado pelo IPE o correspondente ao vencimento integral do Policial, e assim sendo a viúva passará a contar com o contra-cheque, quando o policial morrer em serviço. O Dr. Renato Ortolani, sugere sobre a Lei n.º 7, que autorizou que o Delegado de Polícia na aposentadoria não percebesse menos do que um Delegado de 4.ª Classe, fosse também estendido às viúvas e que esse dispositivo da Lei fosse inserido no Estatuto. Proposta esta que será estudada numa próxima reunião. O Deputado José Tavares, indaga sobre a extinção do Administrador e a manutenção dos Agentes e dos Detetives, onde inclusive há uma preocupação por parte do Presidente da União. Em resposta ao contido no Estatuto, foi dito que para se chegar a Agente de Segurança é necessário o primeiro grau completo e que para detetive o segundo grau. O Deputado Tavares, acha que na prática não há diferença entre o Agente e o Detetive, pois misturam-se em suas funções, já o detetive ganha mais, embora tenha escolaridade maior, mas ele faz campanha, investiga, prende e é esse o serviço também realizado pelo Agente e cujo vencimento é bem menor. Ficou decidido que a Comissão convocará os Secretários de Estado das Finanças e Recursos Humanos, com o fim de verificar a viabilidade econômica do Estado para se fundir as Classes de Agentes e Detetives. O Dr. Gabriel indaga de uma emenda sobre os peritos policiais, carreira

que só existe no Paraná, pois existem carreiras de peritos criminais e criminalísticas, cujas funções são duplas, sugere a extensão dessa carreira de Perito Policial. Sugestão que ficou para a próxima reunião. Como nada mais tinha a ser tratado, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, cujas notas taquigráficas farão parte integrante dessa reunião.

Sala das Comissões, em 1.º de outubro de 1981.

aa) JOSÉ DOMINGOS — Presidente

Luiz Douglas Ferreira — Secretário

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos sete dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e um, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se ordinariamente na Sala das Comissões, para instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Defesa ao Consumidor, os Senhores Deputados David Cheriegate, Gabriel Manoel, Darcy Deitos, Nestor Baptista, Tadeu Lúcio Machado e Gabriel Sampaio, membros efetivos e suplentes da citada Comissão. Havendo número legal e de acordo com o Art. 40, parágrafo único do Regimento Interno, assumiu a direção dos trabalhos o Senhor Deputado Gabriel Manoel, dando por instalada a Comissão. Tendo em seguida sido realizada a eleição, verificada a votação, constatou-se a maioria de votos para os Senhores Deputados David Cheriegate e Nestor Baptista, para a Presidência e Vice-Presidência respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Presidente agradeceu aos seus nobres Pares a sua eleição, dizendo do seu propósito de conduzir este órgão técnico da Casa, com honestidade, trabalho e justiça. Usando da palavra, o Senhor Deputado Darcy Deitos sugeriu que fosse marcada uma reunião para o próximo dia 14 do corrente, quarta-feira, às 10:00 horas, para tratar do roteiro a ser seguido pela Comissão, sugestão aprovada. Usando da palavra o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, solicitou da Presidência, que todas as vezes que a Comissão se reunir, fosse convocada regimentalmente, e sempre pelo horário da manhã, para não coincidir com a reunião de outras Comissões, solicitação aprovada. A seguir, usando da palavra o Senhor Deputado Gabriel Sampaio, propôs o nome do funcionário Agildes de Oliveira Martins, para secretariar efetivamente os trabalhos desta Comissão permanente, proposição aprovada por unanimidade. Continuando, sugeriu ao Senhor Presidente

que solicitasse ao Primeiro Secretário deste Poder, que fosse designado um Bacharel especialista em Direito Comercial, para assessorar a Comissão, sugestão aprovada. Sendo o que constava da Ordem do Dia, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, mandando que se lavrasse a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1981.

aa) DAVID CHERIEGATE — Presidente

Agildes de Oliveira Martins - Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA

2.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão, do Senhor Secretário de Agricultura, Dr. Reinhold Stephanes, do Senhor Benjamim Hammerschmidt, Presidente da OCEPAR, do Senhor Ignácio Aloysio Dr. Diretor Presidente da COTRIGUAÇU, do Senhor Amadeu Piovesan, Presidente da Cooperativa Agrícola de Palotina, do Senhor Atílio Marostica, da Cooperativa Agrícola de Toledo, do Senhor Romildo Bortoli, da Cooperativa Agropecuária de Francisco Beltrão, do Senhor Rodolfo Carvalho, da OCEPAR, do Senhor Manoel Bassoi, da OCEPAR de Cascavel, do Senhor José Gilioli da COAGRO de Capanema, do Senhor Milton Pedro Lago, da COOPAVEL de Cascavel, do Senhor Júlio Mitsuhashi, da Cooperativa Agropecuária Mourãoense, do Senhor Olívio Borzotto, da COOPAVEL de Cascavel, todos convidados pela Comissão para debaterem aqui em conjunto sobre a cultura do trigo em nosso Estado e ainda a presença dos Senhores Deputados Túlio Zanchet, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi, Augusto Carneiro, Darcy Deitos, Fuad Nacli, do Senhor Presidente da Casa, Fabiano Braga Côrtes, Gilberto Carvalho, José Domingos, Edilson Alencar, Renato Bernardi, Carlos Zanlorenzi, Tércio Albuquerque, Fiori Luiz, Tadeu Lúcio Machado e Nestor Baptista. O Senhor Presidente da Comissão abriu os trabalhos. Antes de iniciar verdadeiramente a nossa reunião, vamos convidar o Senhor Secretário de Agricultura, Sr. Reinhold Stephanes para que tome assento à Mesa e o Senhor Benjamim Hammerschmidt, Presidente da OCEPAR, quer fica como representante das Cooperativas, se permitem os demais, com assento à Mesa. O motivo prin-

cial desta reunião, convocada de acordo com os membros da Comissão de Agricultura, que hoje conta com a presença de Deputados de outras Comissões, é exatamente para debatermos o problema do trigo no nosso Estado. A intenção da Comissão de Agricultura é pelo menos uma vez por mês tentar levantar os principais problemas agrícolas no nosso Estado. E o mais imediato talvez seja o problema do trigo. E que a Comissão de Agricultura e a Assembléia Legislativa devem realmente se preocupar e tentar juntamente com as representações do setor discutir, porque o Deputado é, mais do que representante, um conselheiro, homem que deve dar informações. E nada mais do que esses debates para que a gente possa ter condições de orientar aqueles que vêm até nós e tomar conhecimento real da situação. Não fizemos esquema algum, portanto, faremos uma reunião informal. Daria primeiramente a palavra ao Secretário de Agricultura, para que ele desse a posição da sua Secretaria, no setor do trigo. E logo em seguida, ouviremos o Senhor Presidente da OCEPAR, que também está bem por dentro do assunto, e posteriormente os representantes de Cooperativas e os Deputados que aqui estão, formaríamos um debate. Usou da palavra o Senhor Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura, o Senhor Benjamim Hammerschmidt, o Senhor Inácio Aluizio Donald, o Senhor Amadeu Piovesan, vários outros Presidente de Cooperativas, como também os Senhores Deputados presentes a reunião, para maiores esclarecimentos fica arquivada na Comissão as notas taquigráficas desta reunião. E, encerrando aqui, nós queremos agradecer inicialmente ao doutor Reinhold Stephanes, Secretário de Agricultura do nosso Estado, pelo pronto atendimento ao nosso convite, ao Benjamim, aos outros representantes das Cooperativas, aos Senhores Deputados, ao Vice-Presidente desta Casa que representa o nosso Presidente, a todos que ajudaram a brilhar esta reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1980.

aa) LÁZARO DUMONT — Presidente

Marlene Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA

1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de

um mil novecentos e oitenta, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão, reuniu-se na Sala de Reuniões a Comissão de Agricultura. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. A reunião teve como objetivo estudar a situação em que se encontra a Suinocultura em nosso Estado. Depois de muitos debates sobre o assunto, o Senhor Presidente convocou uma reunião para o próximo dia 10 de setembro às 9:00 horas tendo como convidados os Senhores Secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, o Presidente da Federação da Agricultura, o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná, de líderes da classe da suinocultura Paranaense. Os assuntos a serem debati-

dos são: Perspectivas e Mtas da Suinocultura no Paraná — Financiamentos — Custos de Produção — Preços Mínimos — Defesa Sanitária Animal — Mercado Atual etc. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1980.

aa) LÁZARO DUMONT

Presidente

Marlene Couto de Cristo

Secretária